

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2005

I - INTRODUÇÃO

A Direcção do SNESup continuou durante o ano de 2005 a, em cumprimento do seu programa, uma intervenção firme e persistente em prol da defesa de um Ensino Superior e uma Investigação Científica de qualidade ao serviço do País, traduzida em múltiplas tomadas de posição difundidas junto do Governo e do Parlamento, da comunicação social, das instituições de ensino superior e dos docentes.

No mês de Janeiro foi eleita nova equipa de coordenação da Direcção – Presidente, Vice-Presidentes e Tesoureiro – consagrando-se também a criação de equipas por área de responsabilidade, em vez da atribuição individual de pelouros até aí vigente.

Como actividades mais relevantes a considerar no presente Relatório são de destacar o Encontro sobre a Aplicação dos Estatutos de Carreira e os inquéritos realizados no seu âmbito às escolas e aos docentes, a intervenção do SNESup junto do Ministério da Educação sobre a contagem de tempo de serviço no Ensino Superior para efeitos de concursos no ensino básico e secundário, as intervenções na Assembleia da República e junto do governo sobre o subsídio de desemprego e a lei de bases do sistema educativo, a intervenção em diversas escolas e órgãos institucionais tentando contribuir para a resolução de conflitos e em defesa dos direitos dos associados, o combate à ausência de rigor e isenção em concursos no âmbito da carreira docente através da campanha Transparência, a campanha para a eleição de delegados sindicais que levou a um significativo alargamento da rede e a apresentação de propostas legislativas e negociais a diferentes órgãos do poder.



II - INTERVENÇÃO DO SNESUP NO DOMÍNIO DA POLÍTICA EDUCATIVA, CIENTÍFICA E REIVINDICATIVO-PROFISSIONAL E RELACIONAMENTO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS.

Realizou-se em 8 e 9 de Abril de 2005, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, o Encontro sobre a Aplicação dos Estatutos de Carreira. Esta iniciativa envolveu dezenas de participantes e convidados prestigiados e que produziram intervenções de qualidade nas temáticas abordadas no Encontro. As intervenções efectuadas foram publicadas na Revista do SNESup – Ensino Superior. Os temas abordados no Encontro foram:

Boas e más práticas na aplicação dos Estatutos de Carreira;

A transparência e a isenção nos procedimentos de admissão e de promoção. Reforço da componente externa dos júris. Concursos nacionais;

Mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos;

Estatuto de carreira docente único.

Durante o Encontro foram apresentados os resultados de um inquérito realizado a nível nacional. Foram ainda apresentados quadros resumo sobre a caracterização dos dois subsistemas de ensino superior público, a partir da base de dados publicados anualmente pelo Observatório da Ciência e Ensino Superior.

Foi lançado um abaixo assinado sobre problemas do ensino superior e pedida, em conferência de imprensa, o congelamento de admissões de não doutorados.

Foi enviada uma circular às instituições universitárias públicas sugerindo a realização de procedimentos conjuntos para admissão de novos docentes, com prioridade aos doutorados e alertando para a ilegalidade do recurso a recibos verdes.

No âmbito dos concursos do Ministério da Educação o SNESup levou a cabo diversas iniciativas contra o aviso de abertura do concurso 2005/2006, que obrigava ilegítimamente a concorrer em segunda prioridade numerosos colegas, que, prestando serviço no ensino superior, detêm a profissionalização nos ensinos básico e secundário. Foi pela primeira criada

uma Comissão de Luta contra o aviso, tendo representantes desta Comissão integrado a delegação do SNESup que reuniu com o Secretário de Estado Adjunto e da Educação, o qual se comprometeu a resolver o problema para futuros concursos e analisar com particular atenção os recursos que fossem efectuados.

Em matéria de subsídio de desemprego o SNESup procurou aproveitar a discussão o Orçamento do Estado para fazer aprovar sua criação na base de um articulado por si redigido. Durante todo o mês de Novembro foi lançada uma campanha sobre subsídio de desemprego, como o apelo “Escreva ao seu Deputado”. Foram efectuados diversos contactos com deputados de diferentes grupos parlamentares e com a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura. Um grupo parlamentar usou a proposta do SNESup no decorrer do processo deliberativo relativamente ao Orçamento de Estado para 2006 no entanto a iniciativa foi rejeitada por indicação do Governo. Este não deu qualquer resposta a pedidos de negociação – com apresentação de articulados – posteriormente apresentados junto da Assembleia da República e do Governo.

Na mesma altura, a Comissão Sindical da Escola Superior de Ciências Empresariais de Setúbal (ESCE) organizou um Encontro com a participação de membros da Direcção.

No âmbito da função pública, e após um contacto sem continuidade com o Sindicato dos Quadros Técnicos (STE) o SNESup acabou por, com vista à negociação geral anual do Orçamento de 2006, apresentar, tal como para 2003 e 2004, um projecto próprio, que a Secretaria de Estado da Administração Pública se recusou a negociar. A Direcção do Sindicato tomou posição contra o novo regime de aposentação, não tendo todavia sido possível definir uma posição sindical comum para a negociação.

Foi assinado um protocolo com a ABIC – Associação de Bolseiros de Investigação Científica.

III – INTERVENÇÃO NAS INSTITUIÇÕES E REUNIÕES NAS ESCOLAS.

Tornou-se necessário assegurar a coordenação entre política reivindicativa, apoio jurídico e intervenção nas instituições. Estas últimas abrangeram:

- Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Santarém, visando o esclarecimento de algumas dúvidas levantados por associados do SNESup, relativas ao modo como se processava o funcionamento o Conselho Científico.

- Escola Náutica Infante D. Henrique, sendo ser acompanhado o processo da implementação dos seus Estatutos, e continuando a exigir-se que o Conselho Científico funcionasse nos termos da Lei nº 1/2003.

- Escola Superior Agrária (ESACB) do Instituto Politécnico de Castelo Branco em que o SNESup foi chamado a intervir pelos associados desta escola, devido às informações que apontavam para diversos despedimentos, tendo sido efectuada uma reunião de docentes da Escola e uma reunião com o Director da mesma, o qual tendo-se comprometido a resolver os problemas existentes sobre não renovação de contratos, acabou por contradizer-se e por colaborar no despedimento do Delegado Sindical da ESACB.

- Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, onde foi pedida a intervenção da Inspeção Geral da Ciência e Ensino Superior (IGCES), foi realizado um seminário sobre Transparência nos concursos de docentes. Realizou-se também uma reunião do SNESup com o Director da EST onde foram analisadas algumas medidas conducentes à minimização dos custos de reestruturação e a intenção de redução de docentes, chegando a falar-se em 80 não renovações de contratos de docentes convidados.

Instituto Politécnico de Leiria, onde na sequência de uma campanha de dinamização sindical que permitiu lançar um movimento de docentes da ESTG, se realizou uma reunião com o Presidente do Politécnico, visando o esclarecimento sobre critérios que eventualmente presidirão à renovação de contratos.

O SNESup defendeu, neste caso como noutros, a permanência dos mais qualificados, através da renovação dos seus contratos, e propôs a negociação de um regulamento com critérios a considerar nos processos de renovação de contratos e no apoio à formação, melhorando o texto já aprovado pelo Conselho Geral.

A finalizar cabe destacar a campanha para a eleição de delegados sindicais nas escolas que ainda não tinham procedido à eleição, processada ao longo de todo o ano.

IV – COMUNICAÇÃO E IMAGEM

No domínio da comunicação e imagem continuou colaboração da empresa Parceiros de Comunicação, conseguindo-se bons resultados no domínio da penetração na comunicação social e tendo continuada a ser explorada com sucesso a via da publicação de artigos e da concessão de entrevistas.

Foram efectuadas duas conferências de imprensa pela Direcção, com bastante impacto. Iniciativas análogas lançadas pela Comissão Sindical da Universidade dos Açores – Ponta Delgada, revestiram-se também de sucesso.

V – FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS, COLABORAÇÕES PROFISSIONAIS, POLÍTICA DE BENEFÍCIOS E CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS.

O Gabinete de Estudos, cujo Regulamento, nos termos estatutários, foi submetido ao Conselho Nacional, que sobre ele se não pronunciou funcionou em regime de instalação, assente num Protocolo com o CIES – Centro de Investigação e Estudos em Sociologia, que cessou no final do ano inicialmente previsto. Não chegou a realizar qualquer estudo e mesmo em termos de documentação, dedicou-se a fazer catalogação de recortes de imprensa, não recolhendo informação estatística. Colaborou no inquérito de preparação do Encontro.

Já depois de concluído o ano de 2005 e eleita nova Direcção, resolveu esta relançar o projecto como simples Centro de Documentação.

De modo geral, durante o ano de 2005 foi difícil, à semelhança do ano anterior, conseguir obter por parte de diversos advogados ao serviço do Sindicato uma atitude de entreatada e de colaboração com a Direcção. As duas equipas contratadas em Lisboa deixaram na prática de funcionar como equipas, sem que os respectivos advogados tivessem tomado a iniciativa de rescindir os contratos ou de clarificar as dificuldades existentes. A resposta a pedidos de parecer por correio electrónico foi muitas vezes desprezada. Os pedidos de pontos de situação foram muitas vezes considerados como tentativas de controlo. Neste contexto foi publicado anúncio com vista a identificar advogados interessados em colaborar com o Sindicato e decidida em relação às equipas de Lisboa a rescisão com efeitos a partir de Abril de 2006, o que só foi necessário concretizar em relação a uma das equipas pois que no outro a saída de um dos advogados permitiu uma nova contratação.

O seguro MEDIS, por razões de reestruturação empresarial, deu lugar a um Seguro Multicare. Pediu-se, já em 2006, à Caixa Geral de Depósitos a apresentação de uma proposta de protocolo.

VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

O presente Relatório de Actividades de 2005 deve ser lido em conjunto com os Relatórios de Actividades de 2003 e de 2004, por forma a ter em atenção os alertas formulados nos Relatórios de 2003 e de 2004.

A adopção, durante o ano de 2004, de medidas conducentes à assunção de compromissos de ordem permanente, sem adequada consideração do impacto em anos seguintes, levou, tanto em 2004 como em 2005, a que quase se incorressem resultados operacionais negativos, com

risco de restrição da capacidade legal do Sindicato para a celebração de convenções colectivas.

De facto, só a redução das despesas com os órgãos nacionais, fruto de uma quebra de ritmo de reuniões, e o fim do protocolo com o CIES, permitiram equilibrar as contas. De notar que *este equilíbrio diz respeito à relação entre custos e proveitos*, pois que, por via da concessão de empréstimos do Fundo de Greve e Solidariedade a três associados, *as saídas de fundos em 2005 excederam largamente as entradas de fundos*.

Foi lançado nas Contas de 2005, em Custos Extraordinários, o pagamento feito ao Dr. Norberto Severino a que se refere o Relatório de 2003, já aprovado pelo Conselho Nacional. Não está todavia lançado o encargo com o acerto de contas com o Dr. Rui Lima, que não tem avença com o Sindicato e representou em Tribunal um associado do ISMAI, uma vez que este ainda não apresentou a correspondente Nota de Honorários e Despesas.

O presente Relatório será em princípio discutido em conjunto com as linhas gerais para a elaboração do Orçamento para 2006, razão pela qual não são formuladas quaisquer propostas de medidas em matéria financeira.

No final do mandato subsistiam três situações de incumprimento de obrigações para com o Sindicato que se passam a descrever:

- o ex -Vice – Presidente da Direcção, António Pedro Dores, entretanto suspenso de associado por não pagamento de quotas, nunca devolveu o telemóvel que lhe estava atribuído; tendo sido decidido dar conta do facto no presente Relatório;
- o Presidente da Comissão de Fiscalização e Disciplina, Paulo Jorge dos Santos Lopes, recebeu durante cinco meses apoios do Fundo de Greve e Solidariedade simultaneamente com o exercício de funções remuneradas na Administração Local, tendo-lhe sido, já sob a nova Direcção, fixado um plano de 50 prestações mensais iguais, a iniciar em Março de 2006, para devolução da correspondente importância;

- a empresa que forneceu os painéis para o Encontro sobre Avaliação Pedagógica realizado em Janeiro de 2004 e que os havia recolhido para alteração de cores, nunca apesar de paga logo a seguir ao evento, os chegou a devolver.

Neste último caso está o Sindicato, com a colaboração do associado, então membro da Direcção, que apresentou a empresa, a tentar obter a devolução dos painéis sem recurso à via judicial.

Lisboa, em 18 de Maio de 2006

